A inteligência artificial como ferramenta de apoio à jurisdição: a experiência do STF e do STJ

Nos últimos anos, a incorporação de soluções tecnológicas aos escritórios de advocacia e departamentos jurídicos consolidou-se como movimento inevitável no cenário jurídico contemporâneo. Tradicionalmente marcado por procedimentos manuais, estruturas conservadoras e fluxos operacionais burocráticos, o setor compreendeu que a transformação digital deixou de ser mera tendência para se tornar elemento estratégico indispensável à otimização das atividades, à redução de custos e ao aprimoramento da eficiência e da precisão na condução dos processos de trabalho. Agora, observa-se uma nova etapa dessa evolução: o próprio Poder Judiciário passou a incorporar, de maneira cada vez mais significativa, os avanços tecnológicos.

Nesta semana, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anunciou o lançamento do "STJ Logos", plataforma inovadora baseada em Inteligência Artificial Generativa (IAGen), concebida para transformar a dinâmica de processamento e análise das demandas judiciais. Segundo informações divulgadas pela Corte, o sistema será capaz de realizar análises avançadas e fornecer subsídios técnicos que contribuirão para decisões mais céleres, eficientes e precisas por parte dos magistrados. A iniciativa simboliza a evolução de um Judiciário que, até pouco tempo, parecia distante da intensa digitalização já observada em diversos outros segmentos institucionais e econômicos.



O lançamento ocorre em um contexto mais amplo de modernização tecnológica do sistema de Justiça brasileiro. Durante a abertura do Ano Judiciário de 2025, realizada no início de fevereiro, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luís Roberto Barroso, destacou que o período será marcado por importantes avanços tecnológicos no âmbito da Corte. Na ocasião, anunciou a implementação da "MarIA", ferramenta de inteligência artificial generativa

desenvolvida para auxiliar na produção de conteúdos, elaboração de textos e otimização de atividades relacionadas à rotina jurisdicional.

Com o desenvolvimento do "STJ Logos" e o anúncio da "MarIA", o Poder Judiciário acompanha um movimento de transformação digital que já vinha sendo amplamente absorvido por escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de grandes empresas. Há anos, profissionais da área perceberam que a tecnologia poderia atuar como aliada estratégica na gestão processual, no atendimento aos clientes e até mesmo na reformulação de modelos de atuação jurídica.

Ferramentas de gestão processual, sistemas de automação documental, plataformas de análise de jurisprudência, mecanismos de avaliação de riscos e soluções baseadas em inteligência artificial passaram a integrar, de forma permanente, a rotina de escritórios e departamentos jurídicos. Além disso, tecnologias voltadas à implementação de contratos inteligentes também ganharam espaço, agregando eficiência operacional e sofisticação aos serviços prestados.

A adoção dessas ferramentas pelos tribunais representa reflexo direto das transformações necessárias para que o sistema de Justiça acompanhe as exigências de uma sociedade progressivamente mais digitalizada. Ao longo dos últimos anos, intensificou-se a cobrança institucional e social por maior celeridade, previsibilidade e eficiência na prestação jurisdicional, contexto em que a tecnologia surge como instrumento fundamental para o aprimoramento da atividade judicial.

O cenário atualmente observado, contudo, representa apenas o início de um processo de transformação ainda em curso.

Importa destacar que a incorporação de tecnologias ao Judiciário, bem como aos escritórios e departamentos jurídicos, não deve ser compreendida como substituição da atividade humana, mas como mecanismo de apoio capaz de automatizar tarefas repetitivas, organizar informações complexas e analisar grandes volumes de dados. Essa integração permite que magistrados, advogados e operadores do Direito concentrem seus esforços na análise crítica, na interpretação jurídica e na construção argumentativa dos casos, enquanto a inteligência artificial atua em atividades preliminares ou operacionais de suporte.

Nesse contexto, o lançamento do "STJ Logos" e o desenvolvimento da "MarIA" representam marcos relevantes no processo de modernização do Judiciário brasileiro e evidenciam que o futuro da Justiça estará, inevitavelmente, cada vez mais integrado às novas tecnologias.

Seja no setor público ou privado, a utilização da tecnologia no universo jurídico deixou de constituir diferencial competitivo para assumir condição de necessidade institucional, indispensável à construção de processos mais ágeis, eficientes e compatíveis com as demandas contemporâneas. A transformação digital do Direito, ao que tudo indica, não apenas chegou — tornou-se elemento permanente da evolução do sistema de Justiça brasileiro.